


**UFV**

 Universidade  
Federal de  
Viçosa

## DMT - Termo de Referência e Anexos

 Processo nº **23114.914222/2021-62**

 Interessado: **Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas - Campus Rio Paranaíba**
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS RIO PARANAÍBA**
**TERMO DE REFERÊNCIA**
**PREGÃO Nº 083/2021**
**Processo Administrativo n.º 23114.914222/2021-62**

### 1. DO OBJETO

1.1. **Aquisição de** Reagentes, Vidrarias e material diverso de laboratório para atender demanda em aulas práticas e pesquisas do Instituto de Ciências Biológicas, curso de Nutrição e Instituto de Ciências Exatas, curso de Química da UFV Campus Rio Paranaíba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Anexo I – Das especificações.

1.2. **ATENÇÃO: Havendo divergência entre a descrição vinculada ao código SERPRO e a descrição detalhada do Anexo I - Das especificações, prevalece a deste último.**

1.3. A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. As aquisições, objeto desse Termo, estão em estrita consonância com os programas de Ensino, Pesquisa, Extensão e manutenção da funcionalidade da Universidade Federal de Viçosa. Os órgãos requisitantes e as justificativas para cada aquisição encontram-se nas solicitações que são parte desse processo.

2.3. A contratação, objeto deste termo, justifica-se pela necessidade de manutenção de atividades, realização de análises e práticas laboratoriais, com o objetivo de proporcionar ensino, pesquisa e extensão aos alunos da Universidade Federal de Viçosa – Campus UFV.

2.4. Os itens pretendidos para esta contratação encontram-se no Plano Anual de Contratações para o ano de 2021. Trata-se material essencial para a realização de análises e aulas práticas nos diversos edifícios situados no campus Viçosa.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

3.1.1. A contratação deverá seguir os seguintes parâmetros de Responsabilidade Socioambiental:

3.1.2. Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 3 da Lei 8666/93, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

3.1.3. **DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:** a empresa deverá apresentar os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

3.2. Declaração do contratante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. As aquisições, objeto desse Termo, são de natureza comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

### 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de no máximo 30 dias corridos, contados após retirada/recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no **almoxarifado Central do Campus da UFV em Rio Paranaíba - MG, Rodovia MG 230, km 8 - s/nº - Zona Rural - CEP.: 38.810-000.**

5.2. **O frete, carga e a descarga correrão por conta da contratada.**

5.3. Todos os bens deverão atender rigorosamente às especificações constantes deste Edital e seus Anexos. A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa, por parte da Administração, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição imediata.

5.4. Os bens deverão ser entregues dentro do prazo estabelecido e será considerada como recusa formal a falta de entrega dos mesmos no prazo estabelecido, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pelo fornecedor e reconhecido pela UFV.

5.5. As entregas devem ser realizadas em dias úteis, no período de 08:00 às 16:00, em horário corrido, impreterivelmente.

5.6. O recebimento e aceitação dos materiais e equipamentos obedecerão, no que couber, ao disposto na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 4.320/64, demais legislações pertinentes e as normas e condições descritas abaixo:

5.6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da

contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.9. O pagamento somente ocorrerá após o recebimento definitivo do material.

#### **5.9. Quanto ao prazo de validade do insumo na data da entrega:**

**5.9.1. Os insumos com validade INFERIOR a 12 meses: deverão ser entregues com no mínimo 80% da sua validade;**

**5.9.2. Os insumos com validade INFERIOR ou IGUAL a 24 meses: deverão ser entregues com no mínimo 75% da sua validade;**

**5.9.3. Os insumos com validade SUPERIOR a 24 meses: deverão ser entregues com no mínimo 60 % da sua validade.**

### **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

### **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. 11.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------	--

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas por decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor da parcela inadimplida, por dia de atraso de sua execução, até o limite de 20 dias.

12.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em receber/retirar a Nota de Empenho.

12.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação aqui pactuada, observado o princípio da proporcionalidade.

12.2.5. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.6. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.7. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.7.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

12.2.8. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### 13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

13.1. O valor estimado para esta aquisição é de R\$ 66.858,24 (Sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

### 14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1. Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da contratação desta contratação são oriundos da fonte 810000000 e estão consignados no Plano de Trabalho da UFV para o ano de 2021, PTRES 170363, mediante emissão de Nota de Empenho, no Elemento de Despesa: 339030 - Material de Consumo.

### 15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

Edna Valdirene de Freitas Fernandes

Serviço de Material Campus Rio Paranaíba

### ANEXO I - Das Especificações

ITEM	SERPRO	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (TOTAL) (R\$)
1	226950	FR	80	LUSTRADOR MÓVEIS, COMPONENTES CERAS NATURAIS, AROMA LAVANDA, PARA MÓVEIS E SUPERFÍCIES LISAS, FRASCO COM 200 ML . LUSTRADOR MÓVEIS, COMPONENTES CERAS NATURAIS, AROMA LAVANDA, PARA MÓVEIS E SUPERFÍCIES LISAS, FRASCO COM 200 ML . DATA DE FABRICAÇÃO NO MÁXIMO 01 MÊS ANTERIOR À DATA DE ENTREGA.	184,00
2	229392	UD	80	VASSOURA, MATERIAL CERDAS PIAÇAVA, CABO MADEIRA, MATERIAL CEPA MADEIRA, COMPRIMENTO CEPA 17 CM, COMPRIMENTO CERDAS 13 CM, CABO COLADO, CHAPA Nº 3. COMPRIMENTO CEPA ENTRE 17 E 23 CM	532,80

3	226136	UD	60	VASSOURA, MATERIAL CERDAS CRINA, CABO MADEIRA, MATERIAL CEPAS MADEIRA, COMPRIMENTO CEPAS 60 CM, COMPRIMENTO DAS CERDAS MÍNIMO 5 CM MATERIAL CERDAS CRINA OU PELO SINTÉTICO.	1.024,20
4	226134	UD	50	VASSOURA, MATERIAL CERDAS CRINA, CABO MADEIRA, MATERIAL CEPAS MADEIRA, COMPRIMENTO CEPAS 40 CM, COMPRIMENTO DAS CERDAS MÍNIMO 5 CM VASSOURA, MATERIAL CERDAS CRINA, CABO MADEIRA, MATERIAL CEPAS MADEIRA, COMPRIMENTO CEPAS 40 CM, COMPRIMENTO DAS CERDAS MÍNIMO 5 CM VASSOURA DE PRIMEIRA LINHA.	396,00
5	255901	PC	120	ESPONJA LIMPEZA, LÃ DE AÇO, MÉDIA, P/USO DOMÉSTICO, PACOTE COM 08 ESPONJAS.	346,56
6	253220	UD	60	BALDE MATERIAL PLÁSTICO, TAMANHO GRANDE, CAPACIDADE 20 LITROS BALDE MATERIAL PLÁSTICO, TAMANHO GRANDE, CAPACIDADE 20 LITROS.	922,20
7	241738	UD	30	BALDE TIPO DOMÉSTICO, MATERIAL PLÁSTICO, COM TAMPA E ALÇA FIXA, CAPACIDADE DE 60 L, FORMATO CILÍNDRICO, ALTURA 55 CM, DIÂMETRO SUPERIOR 45 CM, INFERIOR 35 CM. BALDE TIPO DOMÉSTICO, MATERIAL PLÁSTICO, COM TAMPA E ALÇA FIXA, CAPACIDADE DE 60 L, FORMATO CILÍNDRICO, ALTURA 55 CM, DIÂMETRO SUPERIOR 45 CM, INFERIOR 35 CM.	1.024,00
8	242252	FR	150	LIMPA VIDRO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICOS, SEQUESTRANTES, HÍDROXIDO DE AMÔNIO, E ÁLCOOL. ( FRASCO COM 1 LITRO).	2.454,00
9	232372	UD	700	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL FIBRA SINTÉTICA, RETANGULAR, UMA FACE MACIA OUTRA ÁSpera, MEDINDO APROXIMADAMENTE 107 X 73MM ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL FIBRA SINTÉTICA, RETANGULAR, UMA FACE MACIA OUTRA ÁSpera, MEDINDO APROXIMADAMENTE 107 X 73MM	1.015,00
10	224949	UD	12	ESCOVA ROUPA, MATERIAL CORPO MADEIRA, TRATAMENTO SUPERFICIAL ENVERNIZADO, MATERIAL CERDAS SINTÉTICO, COR CERDAS BRANCA E MARROM.	48,88
11	231749	PR	90	LUVA DE BORRACHA, MATERIAL LÁTEX NATURAL, TAMANHO GRANDE, COR VERDE, PALMA ANTIDERRAPANTE, INTERIOR LISO E TALCADO, MULTIUSO.	659,29
12	235793	PR	90	LUVA DE BORRACHA, MATERIAL LÁTEX NATURAL, TAMANHO PEQUENO, AMARELA, PALMA ANTIDERRAPANTE, INTERIOR LISO E TALCADO, MULTIUSO.	600,56
13	235792	PR	250	LUVA DE BORRACHA, MATERIAL LÁTEX NATURAL, TAMANHO MÉDIO, AMARELA, PALMA ANTIDERRAPANTE, INTERIOR LISO E TALCADO, MULTIUSO.	2.048,18
14	242188	UD	400	FLANELA, COMPRIMENTO 50 CM, LARGURA 30 CM, COR AMARELA DIMENSÕES APROXIMADAS.	1.405,33
15	253025	UD	85	RODO, MATERIAL CABO MADEIRA, MATERIAL SUPORTE PLÁSTICO, COMPRIMENTO SUPORTE 60 CM, QUANTIDADE BORRACHAS 2 UNIDADES.	789,65
16	278323	UD	45	VASSOURINHA, MATERIAL DAS CERDAS NÁILON, MATERIAL CABO PLÁSTICO, APLICAÇÃO LIMPEZA SANITÁRIO.	255,15

17	448847	UD	30	PÁ COLETORA LIXO, MATERIAL COLETOR POLIESTIRENO, MATERIAL CABO MADEIRA, COMPRIMENTO CABO 80 CM, COMPRIMENTO 28 CM, LARGURA 28 CM, ALTURA 81 CM, APLICAÇÃO LIMPEZA. PÁ COLETORA LIXO, MATERIAL COLETOR POLIESTIRENO, MATERIAL CABO MADEIRA, COMPRIMENTO CABO 80 CM, COMPRIMENTO 28 CM, LARGURA 28 CM, ALTURA 81 CM, APLICAÇÃO LIMPEZA.	308,70
18	239916	UD	85	CESTO LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 10 L, SEM TAMPA.	964,56

**ANEXO II****MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o **contrato / ARP**, conforme modelo abaixo:

<b>PREGÃO ELETRÔNICO N° ____/____</b>
<b>Data de abertura:</b>
<b>Nome da empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Endereço:</b>
<b>CEP:</b>
<b>Telefone / Celular:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Dados Bancários:</b>
<b>Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato / ARP)</b>
<b>CPF:</b> (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato / ARP)
<b>RG/órgão emissor:</b> (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato / ARP)
<b>Instrumento de outorga de poderes:</b> (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)
<b>Certificação digital:</b> O representante legal da empresa que assinará o contrato / ARP possui certificação digital ICP Brasil? ( ) Sim ( ) Não

ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / Modelo	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					R\$	R\$
					R\$	R\$
					R\$	R\$

**Instruções de preenchimento:**

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, seguindo a numeração constante no edital.

**O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.**

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

**A proposta de preços deverá estar em papel timbrado da empresa, datada e assinada.**

---

**Representante Legal**

**ANEXO III  
TERMO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE  
CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES**

<b>Nome completo e sem abreviaturas</b>		
<b>Nº documento de identidade</b>	<b>Nº de CPF</b>	
<b>E-mail de uso pessoal</b>	<b>Telefone (s) com DDD</b>	

DECLARO QUE SÃO DE MINHA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE:

I - o sigilo da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, não sendo cabível, em hipótese alguma, a alegação de uso indevido;

II - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até as 23 (vinte e três) horas, 59 (cinquenta e nove) minutos e 59 (cinquenta e nove) segundos do último dia do prazo, considerando sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;

\*A realização do cadastro como usuário externo no SEI da Universidade Federal de Viçosa e a entrega deste documento implicará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme previsto no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Cidade, dia, mês, ano.

Assinatura

Cargo

Ordenador de Despesas	Solicitação(ões) Constantes neste Processo:	<u><b>X</b></u> <b>Aprovado</b>	<input type="checkbox"/> Reprovado
	Estudo Técnico Preliminar:	<u><b>X</b></u> <b>Aprovado</b>	<input type="checkbox"/> Reprovado
	Termo de Referência:	<u><b>X</b></u> <b>Aprovado</b>	<input type="checkbox"/> Reprovado

**Assinaturas Requeridas:**

1. Responsável pela elaboração do Documento
2. Ordenador de Despesas.



Documento assinado eletronicamente por **EDNA VALDIRENE DE FREITAS, Chefe de Serviço**, em 15/09/2021, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATO ADRIANE ALVES RUAS, Diretor Geral do Campus Rio Paranaíba**, em 15/09/2021, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0530290** e o código CRC **98B4E740**.

**Referência:** Processo nº 23114.914222/2021-62

SEI nº 0530290